

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 5.639, DE 2001

Acrescenta dispositivo ao art. 21 do Código Brasileiro de Aeronáutica, relacionado à inspeção de segurança nos aeroportos.

Autor: Deputada ANA CORSO

Relator: Deputada TELMA DE SOUZA

I - RELATÓRIO

Sob exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 5.639, de 2001, iniciativa da Deputada Ana Corso. Trata-se de proposição que acresce dispositivo ao art. 21 do Código Brasileiro de Aeronáutica, no intuito de obrigar a existência, nos aeroportos em que haja operação de serviço regular de transporte aéreo, de equipamentos e equipe de inspeção capazes de identificar, junto aos passageiros ou na bagagem ou carga a serem embarcados, objetos ou substâncias considerados perigosos para a aviação.

Segundo a autora, a medida proposta serve como diretriz para a programação de investimentos do poder público no setor aeroportuário, os quais, entende,

devem contemplar providências que possibilitem ao explorador do aeroporto garantir, no âmbito de suas atribuições, a segurança de voo.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em verdade, o projeto sob exame nesta Comissão apenas trata de explicitar no texto do Código Brasileiro de Aeronáutica uma exigência que está implícita no art. 21 deste diploma legal.

Com efeito, é letra morta o disposto no *caput* do dispositivo em questão se não são empregados instrumentos de controle de segurança em terra. Ou por outra: como impedir que objetos e substâncias considerados perigosos para a navegação aérea ingressem nas aeronaves se não existirem nos aeroportos equipamentos e equipes de inspeção capazes de detectá-los junto a passageiros e nas bagagens e cargas? Obviamente, quem tenta conduzir ou despachar substância ou objeto que represente ameaça ao voo não tem nenhum interesse em colaborar com a fiscalização das autoridades...

Assim, o parágrafo que a proposição em análise procura acrescentar ao art. 21 do Código Brasileiro de Aeronáutica apenas realça os instrumentos de que deve se valer a administração aeroportuária, eventualmente com auxílio policial, para dar cumprimento ao estatuído em lei.

De interesse destacar que a autora, ajuizadamente, crava no texto legal a responsabilidade dos administradores dos aeroportos onde aconteçam pousos e decolagens de companhias que executam serviços aéreos públicos regulares. Tratam-se, evidentemente, das unidades que concentram quase a totalidade da movimentação de cargas e de passageiros no país e nas quais é mais provável a verificação de ocorrências que possam pôr em perigo a navegação aérea.

Em que pese a prioridade conferida à tomada de providências nos maiores aeroportos, o texto proposto no projeto não impede, naturalmente, que a autoridade aeroportuária possa incrementar a segurança em aeródromos de menor porte.

Isso posto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.639, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputada TELMA DE SOUZA

Relator